RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quinta-Feira, 05 de Novembro de 2026

Polícia Civil mira quadrilha interestadual que furtava caixas eletrônicos em MT

Operação Círculo Vicioso

Redação

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou, nesta quinta-feira (5), a Operação Círculo Vicioso para desarticular um grupo criminoso interestadual especializado em arrombar e furtar caixas eletrônicos.

A operação cumpre 74 medidas judiciais, sendo 10 mandados de prisão preventiva, 18 de busca e apreensão domiciliar, 18 autorizações para acesso a dados de dispositivos eletrônicos, 15 quebras de sigilo bancários e 13 ordens de bloqueio de ativos financeiros no valor de aproximadamente R$ 240 mil. As ordens foram expedidas pelo Núcleo de Justiça 4.0 do Juiz de Garantias – Polo Cuiabá.

As investigações, conduzidas pela Gerência de Combate ao Crime Organizado (GCCO) e pela Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (Draco), identificaram uma estrutura criminosa com atuação em diferentes estados e responsável por uma série de furtos a caixas eletrônicos instalados em estabelecimentos comerciais e instituições financeiras de Cuiabá e Várzea Grande.

Os mandados são cumpridos em Cuiabá e Rondonópolis, em Mato Grosso, e nas cidades de Joinville (SC) e São Luís (MA). O cumprimento das ordens judiciais conta com o apoio da Polícia Civil de Santa Catarina, da Polícia Civil do Maranhão e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Arrombamento de caixas eletrônicos

As investigações tiveram início a partir de um furto ocorrido na madrugada de 21 de janeiro de 2026, em um caixa eletrônico instalado no interior de um supermercado, no bairro Praia Grande, em Várzea Grande.

Na ação criminosa, os suspeitos utilizaram uma lança térmica, uma ferramenta industrial usada para cortar materiais resistentes, para romper o cofre do equipamento. Mesmo com o acionamento do sistema de segurança, que libera tinta sobre as cédulas para inutilizá-las, os criminosos conseguiram subtrair R$ 105 mil.

Durante a apuração dos fatos, a equipe da GCCO/Draco identificou que o crime fazia parte de uma sequência de ataques com características semelhantes. Ao todo, foram identificados seis furtos praticados entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026 em caixas eletrônicos de Cuiabá e Várzea Grande.

As ações tinham como características o arrombamento de paredes, a utilização de lonas para esconder a luminosidade produzida pela lança térmica e o corte dos cofres dos equipamentos.

Núcleos e lavagem de dinheiro

Conforme apurado, o grupo criminoso possuía núcleos responsáveis pela execução dos furtos, pela lavagem das cédulas sujas de tinta, pela utilização de equipamentos tecnológicos e pelo recebimento dos recursos ilícitos.

Após os ataques, os integrantes responsáveis pela lavagem realizavam procedimentos para retirar fisicamente a tinta de segurança das cédulas, utilizando produtos químicos e outros materiais. Em seguida, o dinheiro era depositado de maneira fracionada em diferentes agências bancárias, estratégia conhecida como smurfing, para dificultar a identificação da origem criminosa dos valores.

O dinheiro obtido nos furtos era distribuído entre diferentes integrantes e terceiros, que recebiam os depósitos em suas contas bancárias. A análise de imagens dos circuitos de segurança das instituições financeiras e outros elementos de investigação permitiram identificar a participação dos suspeitos em diferentes etapas do esquema criminoso.

Atuação interestadual

A investigação apontou que o grupo criminoso possuía integrantes residentes em outros estados, especialmente em Santa Catarina, que se deslocavam para Mato Grosso para executar os ataques. Os elementos reunidos também indicaram conexões dos investigados com práticas criminosas anteriores nos estados do Rio de Janeiro e de Alagoas.

As medidas judiciais autorizadas abrangem endereços em Mato Grosso e em Joinville, além de providências destinadas a interromper a movimentação dos recursos financeiros provenientes das atividades ilícitas.

A decisão judicial também autorizou o bloqueio de ativos financeiros dos investigados até o limite global de R$ 239.980,52, valor correspondente aos prejuízos quantificados nos autos em quatro dos furtos investigados, com possibilidade de reavaliação após o aprofundamento das análises financeiras.

Nome da operação

O nome Operação Círculo Vicioso faz referência ao ciclo criminoso identificado durante as investigações, no qual os integrantes da organização praticavam furtos a caixas eletrônicos, retiravam os valores dos equipamentos e, em seguida, utilizavam estratégias para ocultar a origem ilícita do dinheiro e reinseri-lo no sistema financeiro.

A expressão também representa a dinâmica de repetição das atividades criminosas, que envolvia diferentes núcleos, mantendo em funcionamento uma estrutura organizada e contínua de obtenção de vantagens ilícitas.

Renorcrim

A operação faz parte das ações da Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento das Organizações Criminosas (Renorcrim). A rede reúne delegados titulares das unidades especializadas e promotores públicos dos 26 estados e do Distrito Federal e é coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Diretoria de Inteligência e Operações Integradas (Diopi) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), para traçar estratégias de inteligência e combate duradouro à criminalidade.